



GT - QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO: reflexões sobre gravidez na adolescência e planejamento reprodutivo

Fernanda Kethly Soares da Penha, Maria Carolina Almeida de Oliveira
Orientadora: Profa. Dra. Larisse de O. Rodrigues

RESUMO

Este artigo é um relato de experiência sobre a execução do Projeto de Intervenção no estágio obrigatório em Serviço Social, intitulado "GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Um olhar sobre a perspectiva do planejamento reprodutivo na Maternidade Escola Januário Cicco." O estágio foi realizado na referida Maternidade, que atende pelo SUS e é responsável por prestar serviços de saúde a mulheres, mães e recém-nascidos no Rio Grande do Norte. O projeto teve como objetivo socializar informações sobre direitos sexuais e reprodutivos, distribuir materiais educativos sobre métodos contraceptivos disponibilizados pelo SUS e abordar a nova lei de esterilização vigente no Brasil. A gravidez na adolescência foi analisada como um fenômeno complexo com múltiplas dimensões sociais, incluindo falta de acesso à educação sexual, vulnerabilidade socioeconômica e desigualdade de gênero. A intervenção do projeto visou orientar mães adolescentes e contribuir para a prevenção da gravidez precoce.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência, Serviço Social, Maternidade Escola Januário Cicco, direitos sexuais e reprodutivos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se ao relato de experiência da execução do Projeto de Intervenção do estágio obrigatório em Serviço Social, intitulado "GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: Um olhar sobre a perspectiva do planejamento reprodutivo na Maternidade Escola Januário Cicco." O estágio foi realizado no período de agosto de 2022 a julho de 2023, na referida Maternidade, que fica situada na Avenida Nilo Peçanha, no bairro Petrópolis, município de Natal. A instituição fundada pelo médico Januário Cicco, em 1928, é de caráter público, atende a população usuária através do Sistema Único de Saúde (SUS), e desde o ano de 2013 encontra-se sob gestão da Rede EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares).

A instituição é responsável por prestar serviços de saúde às mulheres, mães e recém-nascidos no Rio Grande do Norte, sendo referência para as gestantes de alto



risco (EBSERH, 2022, p.7). Assim, o serviço prestado a esse público envolve a equipe multidisciplinar e a rede intersetorial do estado, na perspectiva de promover o bem-estar biopsicossocial da população usuária.

Ademais, configura-se como instituição de ensino, recebendo discentes, como estagiários (as) e residentes de diversas categorias profissionais. No tangente às (aos) estudantes de graduação em serviço social, cabe ressaltar que o ambiente institucional é de grande importância no processo formativo, tendo em vista que possibilita as estagiárias a apreensão teórico-metodológica na prática profissional, pois permite que as (os) discentes observem, no cotidiano das (os) usuárias (os) atendidas (os) na instituição, as múltiplas expressões da "Questão Social" que constituem o objeto de trabalho de assistentes sociais (IAMAMOTO, 1997, p.14).

Nesse sentido, a gravidez na adolescência pode ser compreendida enquanto um fenômeno que reflete diversas dimensões sociais interconectadas, como a falta de acesso à educação sexual adequada, a escassez de informação sobre métodos contraceptivos, a vulnerabilidade socioeconômica e a desigualdade de gênero. A ocorrência desse problema revela uma série de desafios que a sociedade brasileira enfrenta em relação à juventude e ao seu bem-estar.

Uma das principais causas da gravidez na adolescência é a falta de acesso à educação sexual. Muitos jovens não recebem informações adequadas sobre saúde reprodutiva nas escolas ou em suas comunidades, o que pode levar a comportamentos de risco e à falta de consciência sobre como evitar uma gravidez não planejada. A carência de informatização ocorre tanto em áreas urbanas quanto em rurais, fazendo-se mais presentes em áreas cuja educação tende a ser mais fragilizada por falta de estrutura e de implementação de políticas sociais que tratem da problemática em questão, o que contribui para uma taxa significativa de gravidez precoce em todo o país. O estigma social associado ao uso de contraceptivos também contribui para esse problema, restringindo a capacidade dos adolescentes de tomar decisões responsáveis em relação à sua saúde sexual.

Além disso, a vulnerabilidade socioeconômica é uma questão central. Muitas jovens grávidas pertencem a famílias de baixa renda e vivem em condições precárias, o que torna ainda mais difícil para elas enfrentarem os desafios de uma gestação e criar



um filho. A falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, creches e apoio social adequado pode agravar ainda mais a situação, levando a um ciclo de pobreza que se perpetua de geração em geração.

A desigualdade de gênero também está intrinsecamente ligada à gravidez na adolescência. As meninas enfrentam maior pressão social e cultural para assumirem responsabilidades domésticas e cuidar da família, o que pode levar a uma maior exposição a relacionamentos abusivos e à exploração sexual. Além disso, a falta de autonomia sobre o próprio corpo e o acesso limitado à educação sexual contribuem para a desigualdade entre os gêneros e perpetuam estereótipos prejudiciais.

Em suma, a gravidez na adolescência é uma expressão complexa e multifacetada da questão social no Brasil. Enfrentá-la requer esforços coordenados e ações concretas para garantir que os adolescentes tenham acesso a informações e recursos necessários para tomar decisões conscientes sobre sua saúde sexual e reprodutiva, além de criar um ambiente mais igualitário e inclusivo para todos.

Posto isso, o projeto em tela visou alcançar mães adolescentes no âmbito da Maternidade Escola Januário Cicco, com o fito de socializar informações acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, como também distribuir folders socioeducativos com dados sobre métodos contraceptivos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de trazer em seu conteúdo dados a respeito da nova lei de esterilização (Lei nº 14.443) que passou a vigorar no Brasil em março de 2023. Ademais, os resultados deste projeto interventivo serão analisados neste artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A gravidez na adolescência

Segundo dados divulgados pelas Nações Unidas em 19 de setembro de 2022, o Brasil é o 4º país sul-americano com maior índice de gravidez na adolescência; embora este percentual tenha reduzido entre 2018 e 2022, o país segue com dados preocupantes que são resultantes diretas das expressões da 'Questão Social', visto que a desigualdade, o racismo e o sexismo estrutural corroboram diretamente para a privação dos direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que expropriam essa população do acesso à informação e educação de qualidade.



Na sociedade brasileira, mais de 19 mil nascidos vivos por ano possuem mães com idade entre 10 e 14 anos (Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA). Para entender o porquê desse índice, é necessário olhar atentamente para alguns fatores, como a pobreza e a questão racial, pois estão diretamente relacionados com a gravidez precoce visto que esse evento sócio-histórico é mais frequente entre os grupos de maior vulnerabilidade social, como apontam os dados da UNFPA, os quais detalham que entre os partos de mulheres pretas 13% eram de adolescentes, enquanto entre as mulheres brancas 9,2% foram de adolescentes, no ano de 2020. Além disso, segundo o IBGE, em novembro de 2020 o Nordeste era a região do país com maior índice de concentração de pobreza, com 47,9%. A partir disso, entende-se a complexidade dos casos de gravidez na adolescência, uma vez que envolve a democratização dos direitos sexuais e reprodutivos, que muitas vezes não são socializados decorrente das desigualdades sociais que assolam o país.

Concernente a isso, vale ressaltar que os dados acerca da escolaridade também são importantes nessa questão, pois um indivíduo que não possui acesso adequado a escolaridade não pode conhecer a fundo seus direitos sexuais e reprodutivos e por mais que os índices de baixa-escolaridade tenham reduzido entre 2018 e 2022 no Nordeste, de 48% para 42,8% (Tribunal Superior Eleitoral – TSE), os números ainda são significativos. Assim, usualmente, pessoas em situação socioeconômica e escolar fragilizada desconhecem os direitos sexuais e reprodutivos e, por isso, não conseguem realizar o planejamento reprodutivo adequado, adentrando o mundo materno cada vez mais cedo.

Os fatores supracitados estão diretamente relacionados à incidência de gravidez na adolescência. Notoriamente, a desigualdade econômica, por exemplo, priva muitas meninas do acesso à escolaridade completa, tendo em vista que as/os jovens brasileiros podem se manter fora da escola pela necessidade de trabalhar para o sustento do lar, conforme pesquisa realizada pelo Ipec para a UNICEF, que mostra que 2 milhões de meninas e meninos que não terminaram a educação básica deixaram a escola, sendo que 48% desses mencionaram a necessidade de trabalhar como a causa para tal (UNICEF, 2022). Nesse sentido, ressalta-se que a baixa-escolaridade reduz o



acesso a informações sobre diversas temáticas, incluindo a concepção e a prevenção da gravidez na adolescência.

Contudo, a maternidade não se dá apenas como um “acidente” decorrente da falta de conhecimento, haja vista que ter um filho, muitas vezes, é uma escolha da própria adolescente por acreditar que a maternidade possibilita “um caminho importante para marcar a transição da adolescência para a idade adulta, para se transformar em mulher e continuar suas próprias escolhas” (SANTOS et al., 2019, p. 5). Isso se dá resultante das relações de gênero e patriarcado presentes na sociedade em que vivemos, visto que, culturalmente, as jovens meninas estão sujeitas as decisões de seus pais, mantendo a relação hierárquica masculina para manter o controle sobre as mulheres. Deste modo, é comum que adolescentes acreditem na maternidade como fator determinante para a entrada na vida adulta e, por conseguinte, como forma de adquirirem autonomia sobre suas vidas.

Diante disso, é importante destacar que a gravidez precoce traz consequências para as adolescentes, podendo acarretar problemas psicológicos e físicos. Segundo Ramires (2016), até os 21 (vinte e um) anos a gravidez é considerada de risco, pois até essa idade o corpo feminino ainda está em desenvolvimento e amadurecimento. Assim, uma adolescente grávida pode ser acometida de enfermidades como eclâmpsia, pré-eclâmpsia, infecção urinária e parto prematuro, além de poder acarretar uma subnutrição para o bebê (RAMIRES, 2016).

Tendo em vista o pressuposto, este projeto de intervenção visa ressaltar a importante atuação do serviço social da MEJC diante desta problemática e como tal fator deve ser articulado com a equipe multidisciplinar, a favor das usuárias, na perspectiva de orientar o público alvo quanto a autonomia de suas escolhas no tangente a seus corpos e projetos de vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No contexto da MEJC (Maternidade Escola Januário Cicco) a gravidez na adolescência é uma das refrações da expressão da questão social mais notória. Esse problema de saúde pública ocorre por muitos motivos, dentre eles a falta de acesso a educação sexual, necessário para que as meninas possam compreender como ocorre



a gravidez desde o momento da concepção e os meios para se prevenir, possibilitando, assim, que essas adolescentes cresçam cientes dos seus direitos reprodutivos e sexuais, isto é, o direito de controlar seu próprio corpo, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de relações íntimas e da autonomia para decidir se terá ou não filhos e quando isso ocorrerá (PORTELLA, 2007, p. 97).

Diante do exposto, almejamos intervir no referido problema, através de orientações acerca do planejamento reprodutivo para esse público, a fim de socializar informações a respeito da segurança sexual a partir de métodos contraceptivos eficazes disponibilizados pelo SUS e das implicações referentes à esterilização mediante a atualização dos parâmetros que regulamentam o método com a lei 14.443, promulgada em 2 de setembro de 2022. O projeto de intervenção "Gravidez na adolescência: um olhar sobre a perspectiva do planejamento reprodutivo na Maternidade Escola Januário Cicco", desenvolvido pelas estagiárias, tem por objetivo contribuir com a prevenção da gravidez na adolescência no contexto da MEJC, através da orientação às adolescentes acerca do planejamento reprodutivo, tendo em vista a alta incidência de adolescentes grávidas nos diversos setores da instituição.

Diante disso, optamos por intervir nas diferentes enfermarias da Maternidade através do acolhimento e orientação às usuárias dos serviços de saúde da instituição, de até 17 (dezesete) anos. Inicialmente, iríamos elaborar uma cartilha contendo informações acerca dos direitos reprodutivos e sexuais da população, contudo, ao decorrer do semestre optamos pela elaboração de um folder abordando o mesmo conteúdo. A mudança na escolha do instrumental se deu em virtude do tempo para elaboração do projeto, tendo em vista que o folder demandaria menor tempo, mantendo as mesmas informações necessárias para atingir o objetivo de nosso projeto.

Importa ressaltar que obtivemos dificuldade para aplicar a intervenção, haja vista a grande rotatividade nas enfermarias da instituição, de modo que muitas vezes as usuárias recebiam alta hospitalar antes que pudéssemos alcançá-las. Salienta-se, ainda, que o projeto de intervenção foi realizado com um total de 7 (sete) adolescentes ao longo do Estágio II, nos meses de junho a julho de 2023. Assim, foi importante o período de observação durante o Estágio I, ocorrido no segundo semestre de 2022, haja



vista que, nesse momento, a gravidez na adolescência na MEJC se mostrou enquanto expressão da “Questão Social”.

A partir dos resultados obtidos buscamos realizar uma revisão bibliográfica acerca do tema por meios dos autores Marilda V. Iamamoto, Kelencristina T. Romero, Ana P. Portella, Cristiane S. Cabral e Elaine R. Brandão, para fins de compreender como fatores variados implicam na ocorrência da gravidez em adolescentes.

4 RESULTADOS

Após o início da aplicação da intervenção nas enfermarias da MEJC, foi observado que, dentre as usuárias alcançadas, 4 (quatro) demonstraram genuíno interesse pela temática abordada em nossa intervenção, de modo a compartilhar experiências e questionamentos acerca do acesso aos diversos métodos ofertados pela rede de saúde, para fins de realização do planejamento reprodutivo. Em contrapartida, 2 (duas) das adolescentes demonstraram resistência no que tange à utilização de métodos contraceptivos, informando os motivos para isso, e 1 (uma) demonstrou desinteresse pelo assunto.

O comportamento das usuárias que apresentaram resistência quanto a abordagem dos Direitos Sexuais e Reprodutivos correlaciona-se aos diversos mitos que permeiam a temática, quais sejam: que o DIU (Dispositivo Intrauterino) é ineficiente e doloroso; que adolescentes não podem fazer uso do DIU e da injeção trimestral; que os anticoncepcionais hormonais provocam grande aumento de peso; que a camisinha não deve ser utilizada junto a outro método; dentre outros. Isso se dá, pois, parte das informações que esse grupo acessa acerca de direitos sexuais e reprodutivos são “oriundos de colegas e amigos que também não tiveram acesso à educação em sexualidade (ROMERO, 2006)”. Nesse sentido, importa ressaltar que a maior parte do público-alvo alcançado pelo Projeto de Intervenção relata vivenciar uma situação de baixa-escolaridade, reforçando o pressuposto supracitado.

Ademais, sabemos também que outros agravantes desta expressão da questão social - gravidez na adolescência - estão diretamente relacionadas ao preconceito e à resistência popular na implementação da educação sexual nas escolas e na discussão do tema nos demais espaços socioinstitucionais, o que, por si só, já se



configura enquanto um obscurantismo popular sobre a pauta em tela, sendo encorajado somente a abstinência e a tardia iniciação sexual como instrumentos de enfrentamento à gravidez na adolescência, o que reverbera uma negligência quanto a pluralidade social desses jovens e adolescentes, além de não colocar em pauta a discussão sobre direitos sexuais e infecções sexualmente transmissíveis, reduzindo o debate apenas à problemática da gestação precoce.

Deste modo, é válido dizer que a falta de campanhas educacionais de conscientização sobre os direitos sexuais e reprodutivos, as quais deveriam ser asseguradas pelas instituições do Estado, conforme preconiza o art. 5º da lei 9263/1996, são elementos cruciais no agravamento dos índices não só de gravidez precoce, mas também das infecções sexualmente transmissíveis, caracterizando uma explícita violação dos direitos dessa população. Portanto, a principal ferramenta de enfrentamento a esta expressão da questão social é a implementação de políticas públicas de incentivo a educação sexual, que abordem debates sobre sexo seguro, disponibilização dos recursos e métodos contraceptivos, envolvimento de profissionais capacitados e rede de apoio aos jovens e adolescentes (C.S. Cabral, E.R. Brandão; 2020, p. 15).

Portanto, o acesso aos Direitos Sexuais e Reprodutivos é uma questão que não atinge apenas adolescentes e jovens, mas perpassa toda a sociedade. Concernente a isso, o setor de Serviço Social da Maternidade sugeriu que a intervenção fosse aplicada junto a algumas mulheres com faixa-etária fora de nosso público-alvo, assim, levamos a temática em formato de roda de conversa para o EMA - Espaço de Mães Acompanhantes, local destinado a permanência de mães cujos filhos (as) estão internados na UTI Neonatal da instituição. Desse modo, 10 (dez) mulheres acima de 21 anos participaram do momento desenvolvido, sem demonstrar resistência, nem tampouco constrangimento. Destaca-se o fato de que, parte dessas mulheres, tiveram sua primeira gravidez na adolescência sem planejamento algum em virtude da falta de conhecimento sobre formas adequadas de prevenção, como também sobre o acesso a tais métodos. À vista disso, reitera-se que a educação sexual deve ser difundida, para fins de garantir o acesso aos Direitos Sexuais e Reprodutivos e, assim, ao Planejamento Reprodutivo, conforme preconiza a Lei 9.263/1996.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da vivência de estágio na Maternidade Escola Januário Cicco foi possível viabilizar o contato das discentes com a atuação profissional do (a) assistente social, permitindo que desenvolvessem seu caráter crítico-analítico frente às expressões da “Questão Social”, explicitadas de diferentes formas no contexto da saúde da mulher e materno-infantil. Dentre as situações mais comuns, a gravidez na adolescência foi a que mais se destacou, tendo em vista a grande incidência de casos nos setores da instituição. Salienta-se que as adolescentes grávidas atendidas na Maternidade são, em sua maioria, oriundas do interior, com baixa-escolaridade e em relacionamentos com homens mais velhos; assim, em nosso processo de estágio pudemos refletir acerca das relações sociais, raciais, de patriarcado e gênero, que incidem diretamente sobre a temática abordada. Desta forma, a experiência na Maternidade possibilitou a percepção da dimensão teórico-metodológica do Serviço Social, haja vista que contribuiu para a apreensão da relação entre a teoria vista na graduação e a prática profissional.

Cabe ressaltar que o processo de estágio permitiu às estagiárias o contato com as outras dimensões do Serviço Social. No tocante à dimensão ética-política, destaca-se o compromisso da equipe de serviço social no ambiente institucional, posto que os profissionais atuam na perspectiva do fortalecimento do Projeto Ético-Político da categoria. Ademais, concernente à dimensão técnico-operativa, as discentes tiveram contato com os mais diversos instrumentais da profissão. Referente à gravidez na adolescência, as dimensões da categoria profissional foram importantes no tocante ao mapeamento das usuárias.

Diante do exposto, a experiência de estágio na MEJC ao longo deste ano contribuiu significativamente para o processo formativo das discentes por permitir o contato direto com as dimensões da categoria, as quais são relevantes para a apreensão crítica do processo histórico, bem como das demandas postas à profissão, visando a formulação de respostas para fomentar o enfrentamento das expressões da “Questão Social” (ABEPSS, 2021).



Nesse sentido, foram realizadas reuniões entre as discentes e supervisoras de campo, envolvendo também as orientadoras acadêmicas para fins de discussões pautadas no arcabouço teórico-metodológico acerca da gravidez na adolescência, visando apreender as causas e impactos da maternidade na juventude. Tendo em vista que um dos pontos centrais da incidência de gestações em jovens de 12 (doze) a 17 (dezesete) anos é a falta de acesso à informação concernente ao exercício de sexo seguro, destaca-se a necessidade de ações socioeducativas nos diversos ambientes em que o Serviço Social está inserido. No entanto, nota-se que para uma atuação eficiente no tocante à temática abordada no presente artigo, é necessária a articulação com a equipe multidisciplinar da instituição, a favor das usuárias, na perspectiva de orientar o público alvo quanto a autonomia de suas escolhas sobre seus corpos e projetos de vida.

REFERÊNCIAS

PORTELLA, Ana Paula. Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais: **impasses e desafios do Movimento Feminista**. Cadernos de Crítica Feminista: reflexões feministas para transformação social, Recife, 2007.

CABRAL, C. S. BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: **perspectivas em disputa**. Caderno de saúde pública. Brasil, 2020.

ROMERO, Kelencristina T. **O conhecimento das adolescentes sobre questões relacionadas ao sexo**. Revista da associação médica brasileira. Brasil, 2006.
IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: **esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15ª. ed. São paulo: Cortez Editora, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.
BRASIL. UNFPA: **Brasil segue com índices elevados de Gravidez na adolescência**. Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/199938-unfpa-brasil-segue-com-indices-elevados-de-gravidez-na-adolescencia>>. Acesso em 10, dez. 2022.

RAMIRES, Daiamara Batista. **Gravidez na adolescência: riscos e consequências**. UFSC, Florianópolis. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/carol/Downloads/Daimara_Batista_Ramirez.pdf> Acesso em: 21 de fev. 2023.



SECRETARIA DE SAÚDE. **Hutrin alerta para riscos da gravidez na adolescência.** In: GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Portal expresso. 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.saude.go.gov.br/noticias/12407-hutrin-alerta-para-riscos-da-gravidez-na-adolescencia#:~:text=%E2%80%9CNa%20gravidez%20precoce%20tem%2Dse,%E2%80%9D%2C%20afirma%20ainda%20o%20m%C3%A9dico.>> Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. **Apesar da redução dos índices de gravidez na adolescência, o Brasil tem cerca de 19 mil nascimentos, ao ano, de mães entre 10 a 14 anos.** Nações Unidas Brasil. 23 set. 2021. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-redu%C3%A7%C3%A3o-dos-%C3%ADndices-de-gravidez-na-adolesc%C3%Aancia-brasil-tem-cerca-de-19-mil.>> Acesso em: 6 dez. 2022.

SANTOS, Daniel F. de Souza. **Gravidez e vivência da sexualidade na adolescência: construindo possibilidades.** 16º CBAS, Brasília. 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/carol/Downloads/Gravidez%20e%20viv%C3%Aancia%20d%20sexualidade.pdf>> Acesso em: 21 de fev. 2023.

BRASIL. UNICEF: **Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, 2022.** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil#:~:text=Um%20estudo%20in%C3%A9dito%2C%20realizado%20pelo,profunda%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.>> Acesso em: 21 de fev. 2023.

ABEPSS (Brasil) (ed.). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** In: ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL. Online, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf> Acesso em: 18 jun. 2023.